

**FACULDADE DO NORTE DO MATO GROSSO – AJES  
BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

**ROMANO ALMEIDA SILVA**

**A POBREZA COMO DIFICULTADORA DA APRENDIZAGEM: uma revisão  
pós-pandemia Covid-19**

**GUARANTÃO DO NORTE – MT**

**2022**

**FACULDADE DO NORTE DO MATO GROSSO – AJES**  
**BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

**A POBREZA COMO DIFICULTADORA DA APRENDIZAGEM: uma revisão**  
**pós-pandemia Covid-19**

Trabalho de Conclusão de Curso Obrigatório apresentado ao Curso de Bacharel em Psicologia da AJES - Faculdade do Norte de Mato Grosso, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Especialista Dalila Mateus Gonçalves.

**GUARANTÃO DO NORTE – MT**

**2022**

**FACULDADE DO NORTE DE MATO GROSSO - AJES**  
**BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

**SILVA, Romano Almeida. A POBREZA COMO DIFICULTADORA DA APRENDIZAGEM: uma revisão pós-pandemia Covid-19.** (Trabalho de Conclusão de Curso) Faculdade Norte de Mato Grosso-AJES

GUARANTÃ DO NORTE - MT, 2022.

Data da defesa: 26 / 11 / 2022.

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Prof. Dalila Mateus Gonçalves.**

AJES/GUARANTÃ DO NORTE

---

**Membro Titular: Prof. Cláudio Silveira Maia**

AJES/GUARANTÃ DO NORTE

---

**Membro Titular: Profa. Verônica Jocasta Casarotto**

AJES/JUINA

Local: Associação Juinense de Ensino Superior AJES

- Faculdade Norte de Mato Grosso AJES

- Unidade Sede, GUARANTÃ– MT

**FACULDADE DO NORTE DE MATO GROSSO - AJES**  
**DECLARAÇÃO DO AUTOR**

Eu, ROMANO ALMEIDA SILVA autorizo para fins de pesquisas acadêmica, didática ou técnico-científica, que este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado A POBREZA COMO DIFICULTADORA DA APRENDIZAGEM: uma revisão pós-pandemia Covid- 19., pode ser parcialmente utilizado, desde que se faça referência à fonte e ao autor.

Autorizo, ainda, a sua publicação pela AJES, ou por quem dela receber a delegação, desde que também seja feita referências à fonte e ao autor.

GUARANTÃ DO NORTE - MT, 26/ 11/ 2022.\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

**A POBREZA COMO DIFICULTADORA DA APRENDIZAGEM: uma revisão pós-pandemia Covid-19**

**POVERTY AS A DIFFICULT OF LEARNING: a post-pandemic Covid-19 review**

SILVA, Romano Almeida<sup>1</sup>  
GONÇALVES, Dalila Mateus<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo aborda a construção da pobreza como um dos fatores prejudiciais a educação nas escolas públicas, relacionado assim a prevalência regional pobreza com a prevalência regional do fracasso escolar no Brasil por meio de análise conclusiva. O método utilizado foi pesquisa quantitativa de levantamento de dados estatísticos, foram exclusas publicações com mais de uma década de publicação. Justificasse esse artigo a necessidade de combater a desigualdade social, compreendendo como a pobreza influencia o fracasso escolar. Conclui-se que as regiões Norte e Nordeste tem a maior concentração da pobreza brasileira, assim como também do fracasso escolar. Sendo o trabalho infantil o principal agrave do fracasso das escolas públicas brasileiras e resultado da pobreza extrema no Brasil.

**Palavras-chave:** Fracasso escolar; Pobreza; Pandemia; Trabalho Infantil.

**ABSTRACT:** This article addresses the construction of poverty as one of the factors that prejudice education in public schools, thus relating the prevalence of regional poverty to the regional prevalence of school failure in Brazil through a conclusive analysis. The method used was the quantitative research of statistical data collection, they were exclusive publications with more than a decade of publication. This article is justified by the need to combat social inequality, understanding how poverty influences school failure. It is concluded that the North and Northeast regions have the highest concentration of Brazilian poverty, as well as school failure. Child labor being the main aggravation of the failure of Brazilian public schools and the result of extreme poverty in Brazil.

**Keywords:** School failure; Poverty; Pandemic; Child labor

## **INTRODUÇÃO**

Esse artigo aborda a pobreza como um dos fatores prejudiciais para a aprendizagem. Buscando estudar como a pobreza afeta os alunos das escolas públicas brasileiras. Por meio da

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Norte de Mato – AJES, Guarantã do Norte, Mato Grosso. E-mail: romano.silva.acad@ajes.edu.br

<sup>2</sup> Docente do curso de Psicologia da Faculdade do Norte de Mato Grosso - AJES. E-mail coord.psico.gta@ajes.edu.br

pesquisa quantitativa, seguida de análise conclusiva e apresentando a pobreza como um muro que dificulta a aprendizagem nas escolas públicas brasileiras.

Para entender a situação da educação brasileira é preciso entender como a infraestrutura precarizada das escolas públicas brasileiras agrava os índices de reprovação e abandono escolar. O levantamento de dados estatísticos dos principais institutos de pesquisa no Brasil IBGE e PNA mostrou como a pobreza se distribui nas regiões brasileiras, relacionando as regiões mais pobres com sendo as regiões com maior índice de fracasso escolar.

O fracasso escolar ocorre quando o aluno não consegue aprender o que está sendo ensinado em sala de aula. Os fatores que levam o aluno a ter dificuldade de aprendizagem em sala de aula são diversos, desde critérios relacionados a preparação dos professores e a infraestrutura, como também critérios originários da vida pessoal do aluno.

O aluno acaba não aprendendo, resultando em baixas notas nas avaliações escolares, e quanto menos se aprende mais se aumenta a dificuldade de aprendizagem, e conseqüentemente acaba por fim reprovando um ano escolar.

Como várias escolas não possuem professores suficiente para auxiliar todos os alunos presentes na sala de aula, visto que é apenas um professor por sala de aula, os alunos que possuem dificuldade acabam ficando marginalizados dentro da sala. Alguns reprovam tantas vezes que acabam com dois anos ou mais da idade considerada comum para o aluno matriculado naquele ano escolar. Isso é chamado de distorção idade-série.

É comum que a criança ou adolescente acabe abandonando a escola após várias reprovações, passando a fazer parte do índice de abandono escolar. Outra causa do abandono escolar é a necessidade de ingressar no mercado de trabalho ainda na infância em razão da pobreza, quando o aluno precisa ajudar na renda familiar.

A discrepância da desigualdade socioeconômica para a educação pública brasileira foi bastante acentuada durante a pandemia, onde milhões de alunos não tinham acesso à internet por computadores, tablets ou mesmo smartphones mesmo quando as aulas presenciais passaram a serem ofertadas de forma síncrona por meio de videoconferências.

Esse trabalho tem por objetivo relacionar conclusivamente as estatísticas da pobreza com as estatísticas do fracasso escolar conforme as prevalências por regiões de ambas. Demonstrando que a pobreza é um fator prejudicial ao aprendizado nas escolas públicas, além da própria precarização do ensino público básico brasileiro.

## **1. METODOLOGIA**

Para realização deste trabalho foi utilizada pesquisas quantitativas afim de levantar dados estatísticos que embasem e relacionem a pobreza e a extrema pobreza no Brasil com o fracasso escolar, apresentando uma relação direta da pobreza como um fator prejudicial ao processo de aprendizagem.

Foi buscado publicações no buscador Google com os seguintes textos-chaves: pobreza; fracasso escolar; evasão escolar; abandono escolar; regiões mais pobres do Brasil; população pobre por cor ou raça; trabalho infantil; educação no pós-pandemia.

Os textos encontrados foram analisados e excluídos artigos e publicações anteriores a 2012. Foram exclusas publicações com dados estatísticos duplicados, isso é, que informavam os mesmos dados estatísticos em ambas as publicações.

As publicações selecionadas para análise foram divididas em duas linhas temporais: foi selecionado publicações relativas ao pós-pandemia somente os publicados após 2019. Para o levantamento de dados sobre a pobreza por região brasileira, população por cor ou raça artigos entre 2015 e 2018. Enquanto os dados sobre a situação educacional no Brasil foram utilizados publicações entre 2015 a 2021.

Para a seleção de publicação foi utilizada um ou mais dos critérios: conter dados estatísticos relacionados com a pobreza no Brasil; conter dados estatísticos sobre a educação no Brasil; dados estatísticos sobre divisão demográfica da população preta, parda e branca, dados estatísticos sobre o trabalho infantil no Brasil.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 A Economia Brasileira**

O Brasil, assim como vários outros países, possui uma grande parte de sua população existindo próximo ao limiar da pobreza. A pobreza é vista como a diferença de poder econômico dos indivíduos em relação a outros. Enquanto alguns necessariamente existem com muito pouco, outros vivem com muito mais do que seria necessário. No geral, as situações comuns que ocorrem são que uma pequena parte da população possui fortuna equivalente a mais da metade da população restante somadas juntas (DOWBOR, 2019).

O Brasil teve um PIB anual em 2021 de R\$ 8,7 trilhões. Enquanto possuía uma população de R\$ 215 milhões até setembro de 2022. Portanto, se tivesse uma divisão de renda igualitária entre a população, seria assegurada uma renda mensal de mais de R\$ 10 mil pra cada

família de 4 pessoas. Garantindo uma renda por família de 4 pessoas cerca de 20x maior que R\$ 497, isso é, o limite da pobreza no Brasil (IBGE, 2022).

## **2.2 A Educação no Brasil**

No Brasil mais de 80% das crianças e adolescentes brasileira em idade escolar frequentam escolas públicas, enquanto apenas 17% frequentam escolas privadas (INEP, 2021). Assim a educação brasileira se concentra principalmente nas escolas públicas e são diretamente influenciadas pelas condições das mesmas.

As escolas públicas brasileiras são defasadas didaticamente e estruturalmente. Sendo que no Brasil apenas 4,7% das escolas brasileiras tinham infraestruturas adequadas prevista no Plano Nacional de Educação até 2016. As escolas de níveis fundamentais são as mais criticamente prejudicadas em sua infraestrutura, apenas 4,8% possuem todos os itens. Já no nível de ensino médio, a porcentagem de escolas com infraestrutura adequada sobe para 22,6%. Esse levantamento foi feito com base no Censo Escolar de 2015 e levou em consideração: o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, espaço para práticas esportivas e para acesso a bens culturais e artísticos, equipamentos e laboratórios de ciência (TOKARNIA, 2016).

Historicamente a escola não foi pensada para estar disponível as camadas populares, mas para servir como aparelho ideológico do Estado (Althusser, 1958 apud LADEIRA 2021). Assim o aumento do acesso à escola, bem como o prolongamento da escolaridade, é resultado de uma série de pressões sociais da classe proletariada pelo direito de ter um acesso digno à educação (Arroyo, 1980 apud LADEIRA, 2021). Assim não existe um desejo genuíno do Estado em oferecer um ensino as camadas populares que seja capaz de fomentar pensamento crítico acerca de sua história e cotidiano. Não há igualmente desejo da população denominada Elite Dominante em proporcionar ensino as camadas populares.

O Estado parece apenas se preocupam em manter o grau de escolaridade dos indivíduos matriculados nas escolas públicas no limite do necessário para formar mão de obra especializada e inibindo movimentos sociais críticos que causem mudanças sociais profundas (Kuenzer, 2005 apud LADEIRA, 2021). A estratégia de inclusão nas escolas públicas acontece com interesse majoritário de preparar a parte desses indivíduos que tiverem capacidades inatas para melhor responderem as demandas do mercado de trabalho.

A desqualificação da educação básica pode ser entendida como mecanismo de dominação social, pois mesmo quando é ofertado ensino de qualidade, esse ensino é dado em

doses diluídas, apenas com intuito de impedir a degeneração completada da massa populacional. Assim a educação brasileira pode ser vista como a ausência de comprometimento com a escolarização dos mais pobres, entregando apenas em uma formação precária, acompanhada de um mínimo de criticidade, a partir de uma falta de investimentos, negando um ensino de qualidade que é direito inalienável desses alunos (LADEIRA, 2021).

Assim temos nas escolas públicas uma materialização da divisão social. Indivíduos que possuem melhor renda familiar costumam ter maior facilidade para aprender em detrimento daqueles que sobrevivem na pobreza, em razão de aspectos biopsicossociais diversos (LADEIRA, 2021). Logo há uma divisão sociocognitiva dentro das escolas, aqueles que tem maior facilidade de aprendizado tendem a ter maior atenção dos professores em detrimento daqueles que não alcançam os resultados esperados.

Aqueles que têm de baixo rendimento escolar rapidamente são marginalizados nas salas de aulas, muitas vezes excluídos ao fundo da sala de aula, pois a escola não possui professores suficientes para que seja realizado em sala um ensino intensivo com aqueles que apresentam dificuldades de aprendizado. Essa marginalização dentro das escolas gera o fenômeno da inclusão excludente, denominada por Kuenzer (2005 apud LADEIRA, 2021), que são estratégias de inclusão da população às modalidades de ensino que não correspondem aos padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectuais e éticas. Isso ocorre na medida que determinados estudantes não se adequam ao modelo de estrutura escolar que está posta, regido pela meritocracia, e conseqüentemente excluídos do processo de aprendizagem.

A marginalização escolar perpetua a ideia de que a escola se constitui como forma de materialização da divisão social, causando sentimentos em diversos estudantes com baixo rendimento escolar de que não pertencem ao espaço destinado a educação em que ele está inserido de segunda a sexta-feira, ocasionando o fracasso escolar e em casos mais graves a evasão escolar (Kuenzer, 2005 apud LADEIRA, 2021).

Com isso, é notório que o governo reconhece a importância da Educação como fator de crescimento econômico no país, investindo o necessário para gerar mão de obra especializada para o mercado de trabalho. Porém não mostrando interesse em ofertar ensino criador de pensadores críticos acerca da realidade para a massa populacional, tendo em vista que um pensamento crítico sobre a conjuntura social pela maior parte da população que vive com 1 ou 2 salários mínimos por família poderia levar a lutas intensas em favor de igualdade social (FRIGOTTO, 2001 apud LADEIRA, 2022).

É evidente as dificuldades das crianças e adolescentes pobres no Brasil, logo que as próprias escolas públicas desqualificadas atuam como segregadores sociais, marginalizando os indivíduos que veem de famílias humildes e raras vezes possuem recursos financeiros para auxiliar os filhos nas escolas e também fora dela, ofertando ajuda em deveres de casa ou mesmo disponibilizando refeições diárias necessárias para o desenvolvimento cognitivo da criança ou adolescente (UNIFEC, 2021). Segundo Campos (2022) a má alimentação influencia negativamente o processo de aprendizagem da criança e adolescente, pois a falta de nutrientes pode causar cansaço e sonolência na sala de aula, em contrapartida a alimentação saudável gera resultados positivos no processo de aprendizagem.

### **2.3 Fracasso da Educação no Brasil**

O fracasso escolar nas escolas públicas brasileiras já começa na precariedade da infraestrutura das mesmas, porém começa tecnicamente quando a criança ou adolescente entra num ciclo de reprovações escolares que acarreta em abandono escolar, e reinicia com tentativas de retorno. Essa situação ocorre até a criança ou adolescente entre na situação de distorção idade-série, quando o aluno reprovou dois ou mais anos na mesma série. Até que por fim desisti dos estudos (UNIFEC, 2021). O fracasso escolar pode ser dividido para melhor entendimento dos acontecimentos em: reprovação escolar; abandono escolar; distorção idade-série.

Em relação a reprovação escolar, em 2019: 2,1 milhões de estudantes foram reprovados no Brasil, correspondendo a 7,6% do total matriculado nas escolas públicas. As taxas de reprovação são maiores na região Norte e menor na região Sudeste. Pessoas negras e indígenas lideram a proporção de reprovações com, respectivamente, 10,8% e 10,9%. Enquanto pessoas brancas possuem 5,9% de reprovação. Além disso, os meninos são mais reprovados que as meninas. Quanto à localização, ainda que as zonas urbanas tenham maior concentração de estudantes, é nas zonas rurais onde há maior proporção de reprovação, sendo 8,6%. Em terras de assentamento a situação se agrava, chegando a 8,8% e em áreas de quilombos e indígenas chegam, respectivamente, a 10,6% e 10,8% (UNIFEC, 2021).

Quanto os abandonos escolares, em 2019, 623 mil abandonaram a escola, que corresponde a 2,2% do total matriculado, a maioria no ensino médio e no final do ensino fundamental. No Norte ocorreram o maior número de abandonos: 4,4%. E assim como a reprovação, incide majoritariamente em pardos com 2,6%, pretos com 2,9% e indígenas com 5,3% em relação a brancos com 1,4%. Além de que também são mais meninos do que meninas (UNIFEC, 2021).

Sobre a distorção idade-série, dois a cada dez estudantes no Brasil em 2019 estavam nessa situação, isso é cerca de 6 milhões de adolescentes e crianças. Isso corresponde a 21% dos estudantes matriculados em escolas brasileiras e novamente os indígenas são os mais afetados preenchendo 40,2% do total, seguidos por pretos 29,6% e pardos 23,9% (UNIFEC, 2021).

## 2.4 A Pobreza no Brasil

Dados do IBGE de 2016 citados por Oliveira (2018) apontam que pretos e pardos são 78% entre os 10% da população mais pobre no Brasil, enquanto apenas 25% entre os 10% mais ricos. Abaixo há três tabelas com a distribuição percentual da população de 10 anos ou mais de idade, entre os 10% com menores rendimentos e os 10% com maiores rendimentos mensais domiciliares per capita, por cor ou raça, com indicação do coeficiente de variação, segundo as Grandes Regiões em 2016 no Brasil. Estão excluídos nas tabelas pessoas de cor ou raça amarela, indígenas ou ignorados, população sem rendimentos ou sem declaração de rendimentos, pessoas nas quais o arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

### POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS COM RENDIMENTOS (%)

Grandes Regiões	Branca	Preta ou Parda
Brasil	44,5	54,6
Norte	19,1	79,7
Nordeste	24,5	74,9
Sudeste	52,4	46,4
Sul	76,9	22,3
Centro-oeste	36,7	62,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios Contínua, 2016, consolidado de primeiras pesquisas.

### ENTRE OS 10% COM MENORES RENDIMENTOS (%)

Grandes Regiões	Branca	Preta ou Parda
Brasil	20,8	78,5
Norte	10,9	88,3
Nordeste	17,1	82,4
Sudeste	32,8	66,9
Sul	59,6	39,8
Centro-oeste	24,4	75,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios Contínua, 2016, consolidado de primeiras pesquisas.

#### ENTRE OS 10% COM MAIORES RENDIMENTOS (%)

Grandes Regiões	Branca	Preta ou Parda
Brasil	72,9	24,8
Norte	34,5	64,2
Nordeste	41,0	58,3
Sudeste	80,2	16,4
Sul	90,9	7,6
Centro-oeste	59,4	39,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios Contínua, 2016, consolidado de primeiras pesquisas.

No Nordeste, quase 75% da população eram compostas por pessoas pretas e pardas em 2015 segundo dados do Pnad Contínua (2015) enquanto no Sul a situação se mostra contrária, com 78% da população sendo branca. Na tabela a seguir dispõem dados sobre as grandes regiões do Brasil quanto a divisão da população por cor ou raça.

#### POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL POR COR OU RAÇA (%)

Grandes Regiões	Branca	Preta	Parda
Brasil	45,5	7,7	46,1
Norte	19,9	6,4	72,9
Nordeste	25,5	9,2	65
Sudeste	53,7	8,65	36,92
Sul	78,8	3,6	17,1
Centro-oeste	38,6	6,4	54,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2015

## 2.5 A Educação Brasileira em Meio a Pobreza e a Covid-19

A situação da educação no Brasil se agravou consideravelmente com a pandemia do covid-19 quando em outubro de 2020, 3,8% das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não frequentavam mais a escola, tanto presencial quanto online. Quase o dobro em relação a 2019, com tinha 2% fora da escola. Dessas crianças e adolescentes fora da escola, 11,2% não receberam nenhuma atividade escolar e não estavam de férias (UNIFEC, 2021).

Nesse período de pandemia, alunos e professores tiveram que se adaptar a novas tecnologias quando as aulas presenciais migraram para as aulas online remotas que eram

realizadas por meio de tablets, celulares ou computadores conectados à internet, assim também como as aulas semipresenciais que intercalavam aulas presenciais com aulas online. Ainda tinham que preparar atividades escolares apostiláveis para serem entregues aos estudantes que não tinham acesso a aparelhos eletrônicos ou a internet, as apostilhas continham instruções para serem concluídas em casa com o auxílio dos responsáveis da criança ou adolescente (SOUZA, 2021)

Nesse mesmo período, a desigualdade socioeconômica no Brasil ficou escancarada. A população de baixa renda não teve oportunidade de adaptação as aulas online, visto que não tinha como as ferramentas necessárias para tal. Conforme afirma Rodrigues (2022) sobre o acesso a computadores pelas classes sociais entre os anos de 2019 a 2021: nos domicílios da classe A, 99% possuem computadores em casa com acesso à internet e na classe B, 83%. Todavia, na classe C, menos da metade possui acesso à internet por meio de computadores, 43%. Enquanto não classes D/E esse número é de apenas 10%. Nesse período ocorreu ainda uma redução no acesso nas residências classe B e C (RODRIGUES, 2022).

É notório como os anos de pandemia causados pela Covid-19 prejudicou a educação brasileira e como as famílias de baixa renda tiveram poucas possibilidades de adaptações às aulas remotas, visto que menos de 10% da classe mais pobre do país têm acesso a computadores conectados à internet. Enquanto a classe média não tem metade das residências com computadores com acesso a internet e em meio aos fechamentos das empresas, várias perderam seus empregos e houve redução no acesso a computadores por parte da classe média. Em dados estatísticos, a classe A teve aumento nas residenciais com acesso à internet por meio de computadores de 95% para 99%. A classe B, teve uma redução de 85% para 83%. Na classe C, houve queda de 44% para 41%. Enquanto na classe D/E caiu de 14% para 10% (RODRIGUES, 2022).

A crise de saúde mundial e a crise econômica afetou principalmente os adolescentes que já tinham dificuldade no rendimento escolar e possuem mais risco de abandonarem os estudos:

Antes da pandemia, um estudo com adolescentes, realizado pela Fundação Roberto Marinho (FRM) em parceria com a instituição Plano CDE, mostrava que alunos com baixo rendimento escolar têm o dobro de chances de largar os estudos. Metade dos estudantes de 14 a 19 anos já haviam abandonado a escola em algum momento, depois regressado. Esse foi o cenário de onde partiu a educação brasileira na pandemia. (SOUZA, 2021)

Faz parte do perfil dos estudantes com maior risco de abandono “os estudantes de famílias com renda de até um salário mínimo, negros e da região Nordeste”. Foi observado que 38% dos estudantes das escolas de alta renda tiveram as aulas presenciais reiniciadas ainda no primeiro semestre, enquanto apenas 16% dos estudantes de baixa renda tiveram suas aulas recomeçadas no mesmo período (SOUZA, 2021).

Os estudantes tiveram um aumento dificuldade de manter a rotina escolar “passou de 58% para 69% entre 2020 e 2021, e foi mais expressiva nos anos iniciais e na região Nordeste” (SOUZA, 2021). Fator significativo no aumento da dificuldade em manter a rotina escolar nas residências de baixa renda se dá por 40% dos estudantes precisarem dividir o único telefone da família com os irmãos durante as aulas remotas, assim como também a desatenção provocada por um ambiente tumultuado inadequado para o estudo (SOUZA, 2021).

Pesquisas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2022) mostram que o Brasil teve uma regressão de quase uma década no aprendizado das crianças em consequência do fechamento das escolas no período de pandemia e da repentina mudança nas aulas presenciais para aulas online.

## **2.6 Trabalho Infantil no Brasil em Meio ao Fracasso Escolar na Pandemia**

O trabalho infantil atinge principalmente famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pois são mais propensas abandonarem a escola para ajudarem no mantimento da casa. O Fundo das Nações Unidas Para a Infância e a Organização Internacional do Trabalho alertam que o trabalho infantil aumentou pela primeira vez em duas décadas, atingindo um total de 160 milhões de crianças nessa situação no mundo até 2021. Além disso outros 8,4 milhões de crianças estavam em risco de ingressar no trabalho infantil como impacto socioeconômico da pandemia do Covid-19 até 2022 (UNICEF, 2021).

O relatório apontou aumento significativo no trabalho infantil entre as crianças de 5 a 11 anos, correspondendo agora por mais da metade do número global total. Além do mais, crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos em trabalhos infantis perigosos, aqueles que possuem potencial de prejudicar a saúde, segurança ou moral, aumentou em 6,5 milhões e chegando a 79 milhões de 2016 a 2020 (UNICEF, 2021).

Um trecho do relatório publicado pelo Fundo das Nações Unidas Para a Infância e a Organização Internacional do Trabalho enunciam bem a relação da pobreza com o trabalho infantil:

Choques econômicos adicionais e fechamentos de escolas causados pela Covid-19 significam que as crianças e os adolescentes que já estão em situação de trabalho infantil podem estar trabalhando mais horas ou em piores condições, enquanto muitos mais podem ser forçados às piores formas de trabalho infantil devido à perda de emprego e renda entre famílias vulneráveis (UNICEF, 2021).

Outra parte importante do relatório fala como a pobreza perpetua a si mesma enquanto não existir um intercessor que quebre esse círculo vícios:

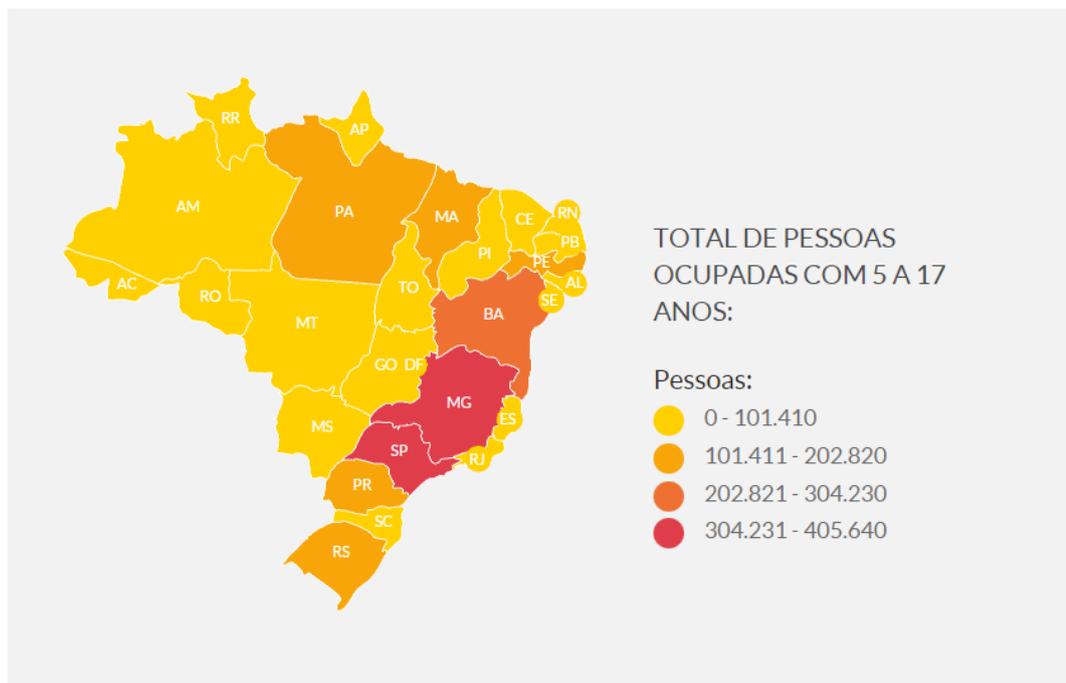
:

Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil correm risco de danos físicos, mentais e sociais. O trabalho infantil compromete a educação, restringindo seus direitos e limitando suas oportunidades futuras, e leva a círculos viciosos intergeracionais de pobreza e trabalho infantil (UNICEF, 2021).

A situação do trabalho infantil no Brasil não se distancia dos dados globais supracitados. O PNAD de 2019 citado por UNICEF (2021), informa que 1,758 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 a 17 anos estavam em situação de trabalho infantil antes da pandemia. Entre os quase 2 milhões, 706 mil vivenciavam os piores tipos de trabalhos infantis. Desse total, 66,1% eram pretos e pardos. O relatório não inclui crianças e adolescentes trabalhando legalmente.

Quando analisado esse cenário por regiões com maior índice de trabalho infantil, temos segundo levantamento do Pnad 2015, que as regiões do Sul e Sudeste lideram o ranking. Os adolescentes entre 14 e 17 anos representam 78,7% do total de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, enquanto dos 13 aos 5 anos representam 21,3% (TAU, s.d.).

A seguir um gráfico de calor exibindo a situação do trabalho infantil em todos os Estados brasileiros:



Fonte: FNPETI - Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2016.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil a pobreza para ser estrutural, pois as escolas públicas que deveriam lapidar as desigualdades socioeconômicas, permitindo que filhos de famílias pobres possam estudar e almejar um futuro além da pobreza, não possuem índice de infraestrutura adequado para a educação em diversas regiões do país, há escolas públicas que têm até mesmo índice abaixo do mínimo necessário para fornecer ensino de qualidade (LADEIRA, 2022).

São pouquíssimas as escolas públicas brasileiras do Ensino Médio que possuem laboratórios para os estudantes. Tokarnia (2016) aponta um estudo de que algumas escolas públicas no Brasil se querem possuem saneamento básico.

O ensino de baixa qualidade ofertados nas escolas públicas de nível fundamental somado ao baixo índice de infraestrutura reforça o índice de evasão escolar, que é mais frequente em anos finais do Ensino Fundamental (OLIVEIRA e NÓBREGA, 2021).

A pobreza quando aliada a má qualidade do ensino nas escolas públicas, cria um círculo vicioso que se repete em várias famílias, onde a criança ou adolescente ingressa no ensino fundamental apenas para ter uma refeição decente (LADEIRA, 2022).

A fome é uma realidade para famílias de classe socioeconômica baixa. Crianças com fome ou desnutridas tendem a aprender menos na escola pelas reações da fome do no

organismo: capacidade de atenção e memória reduzidas, desenvolvimento cognitivo precarizado, aprendizagem prejudicada, baixa imunidade, aumento de infecções. (CAMPOS, 2022).

A fome gerada pela pobreza muitas vezes traz como consequência a reprovação escolar. Que gradativamente inclui a criança ou adolescente nos índices de fracasso escolar quando o aluno não tem a apropriação do aprendizado ofertado na escola. O aluno acaba por não aprender o suficiente para ter boas avaliações nas provas escolares e resultando na reprovação escolar (CAMPOS, 2022). O que pode ocorrer mais de uma vez até que a criança ou adolescente entre na situação de distorção da sua idade para a série em que ele está. (CAMPOS, 2022).

A distorção de série-idade acontece quando o aluno possui dois ou mais anos da idade considerada comum para aquela etapa de ensino a qual ela está matriculada. Isso pode ocorrer por reprovação escolar, abandono escolar e ou mesmo por matrícula tardia do estudante na escola (LADEIRA, 2022).

Além da infraestrutura precarizada, algumas escolas públicas não possuem corpo docente preparado ou mesmo professores o suficiente para lidar com a realidade do ensino público, logo os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental não recebem auxílio educacional necessário para superar as pequenas barreiras que vão se amontoando ao longo dos anos e atrapalham a aprendizagem do aluno (TOKARNIA, 2016). São somadas tantas barreiras até chegar ao ponto aluno com dificuldade de aprendizagem deixa de aprender, chegando ao ponto de não ser capaz de superar as provas escolares e reprovando de ano.

A reprovação escolar pode acontecer por várias causas além da dificuldade de ensino e aprendizagem, incluindo causas de características pessoais, ligadas à família e cotidiano do estudante. Essas características pessoais fazem parte significativa no abandono escolar quando ocorrem por necessidade de ingressar no mercado de trabalho durante a infância. O estranhamento e falta de adaptação ao modelo de ensino, principalmente ao Ensino Médio também é uma das causas para a reprovação e abandono escolar (OLIVEIRA e NÓBREGA, 2021).

A desigualdade socioeconômica no Brasil quando analisada de forma conclusiva, observa-se que os brancos apresentam maior rendimento mensal e menor taxa de fracasso escolar, mesmo em regiões onde predomina pessoas pretas e pardas. Enquanto os negros são maior parte da população pobre assim como também compõem a maior parte dos fracassos escolares (IBGE, 2015).

Quando rastreada a divisão da população por cor ou raça tem-se que o Sul é a única região, segundo dados do Pnad Continua de 2015, onde os brancos são maioria entre a população pobre. Na região Sul, 59% dos 10% mais pobres são brancos, enquanto 39% são pretos e pardos, no entanto, 78% da população do Sul são brancos, a diferença populacional significativa de negros para brancos nessa região explicaria a discrepância da taxa de pobreza por cor ou raça em relação as demais regiões, onde os negros compõem índice maior que 60% nas respectivas regiões (IBGE, 2015).

O relatório do Pnad Continua (2019) mais recente revalidou como o fracasso escolar é mais comum aos alunos de baixa renda. Do total de crianças e adolescentes matriculados, 10,8% dos pretos e pardos reprovaram em 2019 conforme Pnad Continua 2019, quase o dobro dos brancos, com 5,9% do total de brancos matriculados. Dos abandonos escolares, novamente, incide principalmente em pessoas pretas e pardas, somando 5,5%, quase quatro vezes mais do que em brancos com apenas 1,4%. Em relação ao sexo, o abandono escolar incide principalmente em meninos (IBGE, 2019).

Quando observado os 6 milhões de crianças e adolescentes em situação de distorção idade-série em 2019, a situação segue a mesma linha geral: pretos e pardos somam 53,5% do total. Enquanto indígenas totalizam 40,2%, os 6,3% restantes pertencem a brancos e outros. O Norte e o Nordeste possuem a maior taxa dos estudantes nessa situação, 29% e 27,6% respectivamente. São essas duas regiões que possuem a maior taxa de população preta e parda residente, o Norte com 79,3% e o Nordeste com 74,2% e também as regiões onde os negros são mais de 80% da população mais pobre (IBGE, 2019).

A situação dos negros no Brasil é precária tanto socioeconomicamente quanto na educação, pois os negros possuem 80% mais chances de fracassarem na escola e mais de 300% mais chances de abandonarem a escolar. Além do mais, 66% dos adolescentes e crianças entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil são negros (CÉSAR, 2020).

As regiões onde há maior incidência de fracasso escolar e trabalho infantil são também as regiões mais pobres, Norte e Nordeste. O Nordeste concentra 47,9% da população pobre brasileira, seguida pelo Norte com 26,1%. Em contrapartida, o Sul possui maioria de Brancos, mais 70%, e possui menor de índice de pobreza no Brasil, 1,4% (CÉSAR, 2020).

As diferenças socioeconômicas foram bastante acentuadas durante a pandemia do Covid-19, período no qual as aulas presenciais cessaram e migraram para as aulas online. Nesse período o Brasil apresentou um retrocesso no aprendizado, visto que pouquíssimas famílias de classe D/E tinham computadores e acesso à internet. Desse modo, muitos alunos deixaram de ter qualquer contato com a escola. Aos que podiam ter acesso as aulas online, não tinham em

suas casas um espaço adequado para as aulas online. Outros dividiam o mesmo smartphone com um ou mais irmãos (SOUZA, 2021).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através de pesquisa quantitativa e análise conclusiva ficou evidente como a pobreza dificulta o processo de aprendizagem nas escolas, seja pela falta de materiais escolares ou atraso cognitivo provocado por alimentação insuficiente. Quando somado a precariedade da infraestrutura de algumas escolas brasileiras, a situação se agrava, pois ainda que a pobreza atrapalhe, uma escola bem preparada consegue auxiliar o aluno ao menos combatendo a fome.

A pobreza está intimamente ligada a fome. Alunos que possuem alimentação insuficiente para o desenvolvimento adequado aprendem menos que outros que estejam no mesmo ambiente escolar, porém bem alimentados. Isso ocorre pela precarização do desenvolvimento cognitivo em função da desnutrição.

Os alunos negros somam a maior parte dos reprovados nas escolas ou desistentes. Somam ainda a maior parte das crianças em situação de trabalho infantil. E são maioria da população pobre no Brasil. A situação ocorre inversamente proporcional aos brancos, que são minoria pobre, reprovados, desistentes e também no trabalho infantil. É bem perceptível como a pobreza influencia o fracasso escolar.

São ainda os alunos de baixa renda que possuem maiores chances de abandonarem a escola para ingressar precipitadamente no mercado de trabalho para ajudar compor a renda familiar. Frequentemente se submetem a trabalhos degradantes e perigosos para poderem almoçar e jantar.

Essa situação ficou escancarada durante a pandemia do Covid-19, quando os alunos de baixa renda não tiveram acesso as aulas online por não terem em casa celulares, tablets ou computadores ou mesmo quando tinham os dispositivos para acessar as aulas, não tinham acesso à internet.

A pandemia desvelou as mazelas da nossa sociedade e no meio disso mostrou como a pobreza infligir os alunos e perpetua a si mesma na população de baixa renda. Como afeta a educação de milhões de crianças e adolescentes no Brasil e no mundo, existindo como muro entre o aluno e o aprendizado.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, J. R. S. MÁ ALIMENTAÇÃO: FATOR QUE INFLUENCIA NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS. **Luma ensino**, 2022. Disponível em: <<https://lumaensino.com.br/blog/ma-alimentacao-e-aprendizagem/>>. Acesso em: 12 out 2022.

DOWBOR, L. A grande riqueza e a grande pobreza são igualmente patológicas para a sociedade. **Jornal da Unicamp**, 10 jun 2019. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/ladislau-dowbor/grande-riqueza-e-grande-pobreza-sao-igualmente-patologicas-para>>. Acesso em: 2022 out 15.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2015.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios Contínua**: consolidado de primeiras pesquisas, 2016.

IBGE. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar, 2010**. Brasília: MEC, 2011.

LADEIRA, T. A. Fracasso escolar e desigualdade social: Uma perspectiva crítica e emancipatória. **Revista Educação Pública**, 10 out 2022. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/4/fracasso-escolar-e-desigualdade-social-uma-perspectiva-critica-e-emancipatoria>>.

OLIVEIRA, A. L. M. D. Negros são 78% entre os mais pobres e somente 25% entre os mais ricos. **fpabramo**, 30 nov 2018. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2018/11/30/negros-sao-78-entre-os-mais-pobres-e-somente-25-entre-os-mais-ricos/#:~:text=Dados%20do%20Instituto%20Brasileiro%20de,24%2C8%25%20s%C3%A3o%20negros.>>. Acesso em: 11 out 2022.

RODRIGUES, A. Classes B, C, D e E têm menos acesso a computadores desde a pandemia. **Agência Brasil**, Brasília, jun. 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-06/classes-b-c-d-e-e-tem-menos-acesso-computadores-desde-pandemia>>. Acesso em: out 2022.

SOUZA, A. D. Evasão escolar: pós-pandemia e os desafios de voltar às aulas. **Lunetas**, out 2021. Disponível em: <<https://lunetas.com.br/evasao-escolar-pos-pandemia/>>. Acesso em: 5 out 2022.

SOUZA, F. Ensino remoto na pandemia: os alunos ainda sem internet ou celular após um ano de aulas à distância. **BBC**, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56909255>>. Acesso em: 14 out 2022.

TAU, F. Mapa do Trabalho Infantil. **Criança Livre de Trabalho Infantil**. Disponível em: <<https://livredetrabalho infantil.org.br/conteudos-formativos/mapa-do-trabalho-infantil/>>. Acesso em: 16 out 2022.

TOKARNIA, M. Apenas 4,5% das escolas têm infraestrutura completa prevista em lei, diz estudo. **Agência Brasil**, 26 jun. 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-06/apenas-45-das-escolas-tem-infraestrutura-completa-prevista-em-lei-diz>>. Acesso em: 2022 out 15.

UNICEF. Crianças de 6 a 10 anos são as mais afetadas pela exclusão escolar na pandemia, alertam UNICEF e Cenpec Educação. **UNICEF**, 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-de-6-10-anos-sao-mais-afetadas-pela-exclusao-escolar-na-pandemia>>. Acesso em: 13 out 2022.

UNICEF. Cultura do fracasso escolar afeta milhões de estudantes e desigualdade se agrava na pandemia, alertam UNICEF e Instituto Claro. **UNICEF**, 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/cultura-do-fracasso-escolar-afeta-milhoes-de-estudantes-e-desigualdade-se-agrava-na-pandemia>>. Acesso em: 19 out 2022.

UNICEF. Trabalho infantil aumenta pela primeira vez em duas décadas e atinge um total de 160 milhões de crianças e adolescentes no mundo. **UNIFEC**, 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil-aumenta-pela-primeira-vez-em-duas-decadas-e-atinge-um-total-de-160-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-no-mundo>>. Acesso em: 11 out 2022.